



Funaro passou o domingo discutindo sobre o problema da dívida

Aureliano teme fim de crédito para energia

As tarifas de energia elétrica terão de, necessariamente, sofrer um reajuste dentro de pouco tempo caso a moratória decretada pelo Governo dificulte ou mesmo impeça a concessão de empréstimos pelos credores externos destinados a investimentos do setor. Esse alerta aos ministros da área econômica foi feito no último sábado pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. "Se o País quiser manter o crescimento da economia terá de cumprir o cronograma do Plano de Recuperação Setorial, que prevê a aplicação em 1987 de Cz\$ 82 bilhões", afirmou o ministro.

Falando a uma comissão de parlamentares do Nordeste que foi a seu gabinete pedir a diminuição dos efeitos do racionamento de energia para a região, Aureliano Chaves disse que os recursos para a obtenção de mais energia terão de vir de algum lugar: do exterior ou do contribuinte. Atualmente, o setor de energia elétrica tem uma remuneração de apenas 4,5 por cento, percentual que precisa ser elevado para 8 por cento.

Apesar da preocupação com os efeitos da moratória em sua área, Aureliano Chaves disse que apóia a suspensão da remessa dos juros e do serviço da dívida externa. Ele negou que durante a reunião do Conselho

de Segurança Nacional tenha feito qualquer objeção às medidas tomadas na última sexta-feira.

COMBUSTÍVEIS

Na área de combustíveis, os possíveis efeitos da moratória fizeram com que o ministro ordenasse a todos os petroleiros brasileiros que se encontravam em águas internacionais a retornarem ao País. O objetivo é formar estoques estratégicos para consumo num período de 60 dias (se as importações forem dificultadas).

A não ser que chova na região, o Nordeste terá de sofrer as duras consequências do racionamento, disse Aureliano. Ele informou que o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica está tentando diminuir os efeitos do racionamento, melhorando o sistema de transmissão de energia da Usina hidrelétrica de Tucuruí (PA). Além disso, o DNAEE estuda a possibilidade de "co-gerar" energia em conjunto com as usinas de açúcar e álcool do Nordeste na entressafra. É possível também que venham a ser alugadas usinas térmicas flutuantes de outros países — capacidade de 50 megawatts cada — que ficariam situadas em três pontos do litoral nordestino.

Com o racionamento de energia elétrica o MME pretende economizar 15 por cento do consumo total da

região, o que significam 570 megawatts (média mensal), suficientes para abastecer o Estado de Pernambuco durante um mês. Há possibilidade de que esta meta seja ampliada para 22 por cento (800 megawatts/mes). Segundo Aureliano Chaves, estão surgindo problemas com empresas que estão se posicionando contra o racionamento, exemplo de Alumar, produtora de alumínio do Estado do Maranhão. Aureliano disse que o MME está em negociações com a empresa para que ela também dê sua cota de contribuição.

DEFICIÊNCIAS

Entre as deficiências que obrigaram o ministério a determinar o racionamento estão a paralisação das obras da usina de Itaparica (BA) e a diminuição brutal do volume de água do Rio São Francisco. O reservatório de Sobradinho teve sua capacidade reduzida a 60 por cento nos últimos meses. Animados pelas promessas do ministro Aureliano Chaves de fornecer todas as informações sobre os recursos necessários para minimizar as consequências do racionamento, os parlamentares nordestinos saíram do encontro dizendo que vão pressionar o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a liberar uma verba de emergência para esse fim durante a reunião que terão com ele depois de amanhã.